

**EXMO. SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023 DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN**

**REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 08/2023**

**G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA (“Recorrente”)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, com sede na SRTVS Quadra 701, Bloco “O”, sala 548, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.340-000, vem, por meio de seu representante legal, com fulcro no Edital, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

no bojo do Pregão Eletrônico nº 08/2023 promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com o objetivo de contratar serviços de forma continuada na área de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

**I – TEMPESTIVIDADE**

O prazo conferido pelo órgão para a apresentação das razões recursais, conforme delimitado pelo Edital, se encerra no dia 22/09/2023, às 23:59. Como o protocolo da presente petição observa o mencionado prazo, esta deve ser tida por tempestiva.

**II – SÍNTESE DA DEMANDA**

A Recorrente interpõe o presente recurso administrativo para impugnar a decisão do Pregoeiro que declarou a empresa R7 Facilities - Manutenção e Serviços Ltda. como vencedora do certame, diante do descumprimento dos padrões de PIS e COFINS dispostos na legislação, bem como violação expressa aos princípios da Administração Pública.

Assim, faz-se necessária a interposição do presente recurso para revisão da decisão impugnada com a desclassificação da proposta apresentada pela referida empresa, pelos argumentos de fato e direito a seguir.

**III – DA PROPOSTA INEXEQUÍVEL – USO INDEVIDO DAS ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS**

Em 13/09/2023, o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN realizou sessão pública para a contratação de serviços de forma continuada na área de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Após a fase de lances, a empresa R7 Facilities - Manutencao e Servicos Ltda foi declarada como a vencedora do certame. Ocorre que há inconsistências na proposta apresentada pela empresa no que concerne à qualificação do preço ofertada, especialmente no que diz respeito à composição da incidência da tributação do PIS e do COFINS, de modo que deve ensejar a desclassificação da proposta da empresa por ser manifestamente inexecutável, na forma das razões a seguir articuladas.

**a) Explicações preliminares a respeito do Lucro Real e Lucro Presumido e a aplicação do PIS e COFINS.**

Primeiramente, importante esclarecer que a empresa R7 possui como forma de tributação o “Lucro Real”, conforme documento juntado pela própria empresa em sua proposta. Veja-se:



**DECLARAÇÃO**

**INCIDÊNCIA CUMULATIVA**

Ref.: Pregão eletrônico nº 08/2023 UASG 343026

R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.162.311/0001-73, declara ser optante pelo regime de tributação pelo Lucro Real com incidência CUMULATIVA de PIS e COFINS, por força da Lei nº 10.833/2003, arts. 10, XX, e 15, V, e não se enquadra na orientação exarada pela Secretaria de Gestão, que abrange exclusivamente as empresas optantes pelo regime de lucro real com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS pois na incidência cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS é vedado o aproveitamento de créditos, portanto as alíquotas de PIS e COFINS dessa empresa seguem os percentuais de 0,65% e 3,00%, respectivamente, conforme documentação que segue em anexo a proposta apresentada.

Apesar de informar que sua tributação ocorre conforme o “Lucro Real”, as porcentagens referentes ao PIS e ao COFINS utilizadas pela companhia na proposta apresentada estão, indevidamente, relacionadas ao “Lucro Presumido”. Tal aspecto gera relevantes diferenças no valor da proposta da empresa, o que, como restará demonstrado a seguir, a torna inexecutável.

Antes de entrar na controvérsia em si, é importante esclarecer algumas questões relacionadas ao “Lucro Real” e “Lucro Presumido”.

Para que os valores tributáveis sejam amenizados, as empresas podem ser enquadradas pela legislação tributária em cinco diferentes grupos, que são: Simples Nacional, Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Imune/Isentas.

O Decreto nº 9.580/2018 que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, conceitua Lucro Real como:

*“Art. 258. O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento.”*

Nesses termos, importante dizer que o lucro tributável pelo regime de tributação Lucro Real tem como ponto de partida o lucro contábil, ou seja, o lucro líquido apurado pela contabilidade.

Para apurar o lucro contábil é necessária uma escrituração comercial minuciosa, pois como esse será a base para os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social não poderá ser cogitada a hipótese de erros ou, se houver esta presunção, ao menos que seja mínima, para que possa ser reversível quando detectado em tempo hábil.

Segundo Rodrigues et al *“Lucro Real é a forma completa de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido direcionada a todas as pessoas jurídicas quer por obrigatoriedade prevista na legislação vigente quer por livre opção”*<sup>1</sup>.

Nessa tributação, os impostos Federais incidentes nas empresas são: PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, sendo os dois primeiros apurados mensalmente sobre o faturamento e os dois últimos anualmente ou trimestralmente, tendo como base o Lucro Líquido contábil. **No Lucro Real, o PIS é 1,65%, enquanto o Cofins é 7,6%.**

Por fim, importante ressaltar que o referido Decreto estabelece quais empresas obrigatoriamente devem adotar o Lucro Real para tributação, *in verbis*:

*“Art. 257. **Ficam obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:***

***I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;***

***II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;***

***III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;***

<sup>1</sup> RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. IRPJ e CSLL: Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido. 3. Ed. São Paulo: IOB, 2009, pg 33

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto sobre a renda;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma estabelecida;

VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultante de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio;

VIII - que tenham sido constituídas como sociedades de propósito específico, formadas por microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

IX - que emitam ações nos termos estabelecidos no art. 16 da nº Lei 13.043, de 2014”

Já no que tange o Lucro Presumido, este é definido como “é a **modalidade optativa** de apurar o lucro e, conseqüentemente, o Imposto de Renda das pessoas jurídicas que, observando determinados limites condições, dispensa a escrituração contábil, exceto a do livro registro de inventário e do livro caixa, e que está baseada em valores globais da receita para presumir o lucro a ser tributado”<sup>2</sup>.

Diante deste cenário torna-se relevante a aplicação de um bom Planejamento Tributário, pois a finalidade principal é sem dúvida, a economia de impostos sem infringir a legislação, gerando assim economia tributária e, evitando perdas desnecessárias para a empresa.

Nessa tributação, os impostos Federais incidentes nas empresas são PIS, COFINS e IRPJ, sendo os dois primeiros apurados mensalmente sobre o faturamento.

**O PIS e a COFINS no Lucro Presumido seguem o método cumulativo, onde suas alíquotas são de 0,65% e 3%, respectivamente.** Estas são multiplicadas à receita bruta operacional para mensuração do valor dessas duas contribuições.

Por fim, as pessoas jurídicas que podem optar por este sistema de tributação, são as elencadas no art. 587 do Decreto nº 9.580/2018 nos seguintes termos:

“Art. 587. **A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais)** ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a doze meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.”

Quanto aos tributos relevantes para o caso em comento, o

<sup>2</sup> NEVES, Silvério; PAULO, E. Vicenconti; AGUIAR, Francisco. Curso Prático de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Tributos Conexos. 14. ed. São Paulo: Frase, 2009, pg. 14.



Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são duas contribuições federais que têm um impacto significativo nas finanças das empresas.

#### b) Proposta Inexequível por ser Destoante da Realidade

Nota-se que há grande diferença entre as alíquotas do Lucro Real, que tem por padrão os percentuais de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, enquanto no lucro presumido possui alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS, um sendo metade do outro.

Quanto ao ponto, importante ressaltar que a empresa R7 não optou pelo Lucro Real, mas é obrigada por lei a ter a tributação conforme este modelo. Explica-se.

Conforme o art. 257, I, do Decreto supracitado, ficam obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas, cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais).

Ocorre que, se considerarmos somente os contratos firmados com a administração pública no ano de 2022, a empresa soma um faturamento de mais de **R\$ 85 milhões**, conforme tabela em anexo (doc.1), retirada do portal da transparência<sup>3</sup>.

Ademais, a própria empresa anexa a este portal que sua forma de tributação é o Lucro Real<sup>4</sup>:

#### Forma de Tributação

- ❖ Tributação em 2016 - LUCRO PRESUMIDO;
- ❖ Tributação em 2017 - LUCRO PRESUMIDO;
- ❖ Tributação em 2018 - LUCRO PRESUMIDO;
- ❖ Tributação em 2019 - LUCRO PRESUMIDO;
- ❖ Tributação em 2020 - LUCRO PRESUMIDO;
- ❖ Tributação em 2021 - LUCRO REAL;

Sobre o tema, a análise do CNAE da Recorrida nos permite concluir que a empresa está se valendo de forma irregular e indevida das alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS, típicas do regime cumulativo, que, uma vez que se

3

<https://portal.datransparencia.gov.br/despesas/favorecido?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=data%2CdocumentoResumido%2ClocalizadorGasto%2Cfase%2Cespecie%2Cfavorecido%2CuffFavorecido%2Cvalor%2Cug%2Cuo%2Corgao%2CorgaoSuperior%2Cgrupo%2Celemento%2Cmodalidade%2CplanoOrcamentario%2Cautor&de=01%2F01%2F2022&ate=31%2F12%2F2022&favorecido=23737389&faseDespesa=3&ordenarPor=valor&direcao=desc>

<sup>4</sup> <https://transparencia.cc/dados/cnpj/11162311000173-DF-r7-facilities-servicos-de-engenharia-ltda/>

trata de empresa optante pelo Lucro Real, o que é incontroverso, **apenas seriam aplicáveis às as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil (regime cumulativo)**, nos termos em que prevê o Art. 10, inciso XX, da Lei 10.833/2003.

A título explicativo, em complementação, apenas seria possível a utilização das supramencionadas alíquotas se o objeto do presente pregão eletrônico compreendesse as obras ou serviços de engenharia que estivessem vinculadas a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil, sendo incondicional a execução dessa obra.

A própria Receita Federal do Brasil já se manifestou sobre sobre tema, em específico sobre a aplicabilidade e enquadramento para fins de aplicação do inciso XX, do art. 10 da Lei 10.833/2003, conforme Solução de Consulta Cosit nº 111, de 28 de setembro de 2020, que trata exatamente das obras de construção civil no regime cumulativo da COFINS, conforme ementa a seguir:

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA E NÃO CUMULATIVA. OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

A expressão “obras de construção civil”, para fins de aplicação do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, compreende os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados.

**Os serviços de construção civil submetem-se ao regime de apuração não cumulativa da Cofins**, porém, quando aplicadas em obra de construção civil e vinculados ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada dessa última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las, portanto, ao regime de apuração cumulativa.

A vinculação de serviço de construção civil a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil estará comprovada quando nesse contrato estiver estipulado que **a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega**, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviço.

**Serviços de construção civil como os de manutenção sujeitam-se à não cumulatividade das contribuições em tela. Para se submeterem ao regime de apuração cumulativa da Cofins, é necessário que estejam vinculadas a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil, sendo incondicional a execução dessa obra.**

Na supracitada Solução de Consulta Cosit, a Receita Federal do Brasil entendeu que os serviços de construção civil se submetem ao regime de apuração não-cumulativa da COFINS.

Porém, quando aplicadas em obra de construção civil e vinculados ao mesmo contrato de administração empreitada ou subempreitada dessa

última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX, artigo 10, da Lei nº 10.833/2003 devendo submetê-las, portanto, ao regime cumulativo da COFINS.

Diante disso, senhor pregoeiro, **a única possibilidade de utilização das alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS pela Recorrida, uma vez que a empresa é OPTANTE PELO LUCRO REAL, seria se houvesse o enquadramento dos serviços licitados no presente pregão em uma das exceções à regra do lucro real previstas no art. 10 da Lei 10.833/2003, o que não é o caso, já que o IPHAN está contratando serviços administrativos.**

A Recorrida, maliciosamente, inseriu em sua proposta, no documento intitulado “Declaração Incidência Cumulativa” a falsa informação de que poderia se valer das alíquotas previstas para o regime cumulativo em razão de se enquadrar na previsão do art. 10, XX, e art. 15, V da Lei 10.833/2003.

Contudo, **é incontroverso que NEM A ATIVIDADE DESCRITA COMO CNAE PRINCIPAL DA RECORRIDA, qual seja “serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado”, e tampouco o objeto deste certame promovido pelo IPHAN correspondem à hipótese de utilização das alíquotas de PIS e COFINS aplicáveis ao regime cumulativo.**

Resta demonstrado e comprovado que a Recorrida, munida de má fé, **está se valendo de alíquotas de impostos incorretas e indevidas e que não se aplicam aos serviços de APOIO ADMINISTRATIVO que estão sendo licitados pelo IPHAN**, tudo com vistas a se sagrar vencedora do certame a qualquer custo, ainda que tenha que faltar com a verdade, praticar irregularidades e enganar a Administração Pública.

O Edital é claro quanto ao objeto do certame e natureza dos serviços que serão prestados, conforme define seu item 1:

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de forma continuada na área de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Assim, **já que a Recorrida é empresa optante pelo LUCRO REAL COM A INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE PIS E COFINS, somado ao fato de que o objeto do certame não se enquadra em nenhuma das hipóteses de exceção previstas no rol taxativo do art. 10, XX, da Lei 10.833/03, é obrigatório que a Recorrida faça o recolhimento do PIS e COFINS utilizando os percentuais base de 1,65% e 7,60%, respectivamente.**

A execução de contratos públicos é um processo que exige cuidadosa análise para garantir a eficácia e a legalidade dos compromissos assumidos pelas empresas contratadas. No entanto, em algumas situações, as propostas apresentadas pelas empresas vencedoras de licitação podem ser consideradas **inexequíveis**, devido a fatores que comprometem sua viabilidade financeira.

As propostas inexequíveis devem ser desclassificadas, conforme jurisprudência do TCU:

*“Em complemento, o art. 48, II, da referida lei exige a **desclassificação de proposta com preços inexequíveis**. Destarte, a Lei nº 8.666/1993, preza a competição e a segurança na contratação” (Acórdão 1615/2008 Plenário)*

*“Por outro lado, o pregão, procedimento simplificado, foi criado para imprimir celeridade ao processo de aquisição e ampliar a competição entre os interessados no contrato, gerando **forte estímulo à redução de preços sem, entretanto, constituir instrumentos para que sejam descartadas propostas inexequíveis**”. (Acórdão 2172/2008 Plenário)*

Quanto ao ponto, a incorreta aplicação das alíquotas do PIS e da COFINS, tributos essenciais para o correto funcionamento das empresas contratadas e que consiste em ônus tributário que uma empresa necessariamente deve suportar ao executar o contrato, faz com que o valor apresentado na proposta não seja suficiente para a execução dos serviços.

Quando uma empresa participa de uma licitação, ela precisa elaborar uma proposta que inclui todos os custos associados à execução do contrato. Isso inclui não apenas os custos diretos de mão de obra, materiais e equipamentos, mas também os encargos fiscais, como o PIS e a COFINS.

**Se a empresa subestima as alíquotas desses tributos, ou seja, utiliza alíquotas errôneas para calcular os custos tributários em seu orçamento, ela pode subestimar os gastos reais que terá com o PIS e a COFINS ao longo da execução do contrato público.**

**Isso pode levar a uma situação na qual a empresa não tem recursos suficientes para arcar com suas obrigações fiscais, trabalhistas e financeiras. Como resultado, a empresa não possuirá recursos financeiros adequados para arcar com suas obrigações fiscais, trabalhistas e financeiras ao longo da execução do contrato público.**

Por sua vez, tal situação pode gerar um ciclo de dificuldades financeiras que afeta diretamente a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações contratuais. No entanto, **os prejuízos decorrentes da inexequibilidade da proposta não se limitam apenas à empresa contratada, pois a administração pública também sofre consequências negativas significativas.**

A subestimação das alíquotas do PIS e COFINS pode resultar em atrasos na entrega dos serviços ou produtos contratados, paralisações na execução do contrato e, em casos extremos, até mesmo na rescisão do contrato.

Isso não apenas prejudica a qualidade e eficiência dos serviços públicos, mas também pode acarretar custos adicionais e a necessidade de realizar uma nova licitação, o que consome tempo e recursos públicos preciosos.

No que tange ao tema, o Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de que se deve ocorrer uma análise das alíquotas do PIS e COFINS, **devendo o licitante justificar qualquer valor que divirja do estabelecido em lei.** Veja-se:



**“Atente, nas licitações em geral, tanto na fase de orçamentação, quanto na fase de análise das propostas, para a possibilidade de que as alíquotas referentes ao PIS e à COFINS, no que se refere às licitantes que sejam tributadas pelo Lucro Real, sejam diferentes do percentual limite previsto em lei, devido às possibilidades de descontos e/ou compensações previstas, devendo exigir, se for o caso, que as alíquotas indicadas, nominais ou efetivas reduzidas, sejam por elas justificadas, em adendo à Planilha de Custo ou Formação de Preços, ou outro instrumento equivalente. (Acórdão 1619/2008 - Plenário)**

Em complementação, verifica-se que a Recorrida descumpriu expressamente determinação do Edital, uma vez que não apresentou a média de PIS e COFINS conforme exige o instrumento convocatório. Nesse sentido, o subitem 4.5 do Edital assim define:

*4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.*

Em complementação, **na hipótese de utilização das alíquotas médias efetivas, é imprescindível que a licitante apresente os documentos de Escrituração comprovação Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.**

Portanto, resta configurada ofensa expressa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, razão pela qual deve ser inabilitada a Recorrida.

Vale ressaltar que a Recorrida tem se valido, com bastante frequência, da utilização de alíquotas incorretas para PIS e COFINS em diversos pregões recentes que tem participado, sempre sendo questionada pelos pregoeiros acerca das inconsistências nas alíquotas. Em resposta, a empresa se limita a afirmar que “as alíquotas estão corretas”, sem apresentar qualquer justificativa, documento ou elementos que demonstrem que, de fato, a empresa estaria agindo corretamente e em conformidade com o que prevê a lei.

Tal conduta irresponsável, anticompetitiva e leviana deve, certamente, ser punida pela Administração Pública, não podendo a habilitação da Recorrida ser mantida.

Por fim, importante destacar que a empresa R7 foi questionada a respeito do seu regime de tributação, sendo exigida pelo pregoeiro a apresentação de documentação comprobatória de seu regime tributário.

Em resposta, a Recorrida se limitou a afirmar que “conforme DCTF a empresa é optante pelo regime cumulativo”, conforme extraído da resposta à diligência abaixo:

**RESPOSTA R7: Conforme DCTF que segue em anexo o referido documento indica de forma clara e precisa que a R7 é optante pelo REGIME CUMULATIVO (PIS 0,65% e COFINS 3%), vejamos no print abaixo:**

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Cumulativo

Ora, senhor pregoeiro, conforme amplamente demonstrado, A RECORRIDA NÃO PODE UTILIZAR AS ALÍQUOTAS DO REGIME CUMULATIVO NO ÂMBITO DO PRESENTE PREGÃO, DEVENDO, OBRIGATORIAMENTE, UTILIZAR AS ALÍQUOTAS BASE DE 1,65% e 7,60% PARA PIS e COFINS, já que o contrário do que informou em sua declaração de incidência cumulativa, A EMPRESA NÃO ESTÁ ENQUADRADA NO ART. 10, XX, DA LEI 10.833/2003.

Uma vez que não se demonstrou que a empresa pode gozar de tal privilégio fiscal, deve-se questionar sobre a veracidade de suas alegações. A proposta da R7 deve ser vista, então, como temerosa e com grande possibilidade de causar prejuízo à Administração Pública, devendo, portanto, ser desclassificada.

**c) Violação direta aos princípios da legalidade e da eficiência.**

O art 5º da Lei nº 14.133, a qual trata do processo de licitação e contratos administrativos, versa que durante estes procedimentos, deve-se observar diversos princípios para garantir a lisura do certame. Veja-se:

*“Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**”*

Nessa seara, importante destacar que a proposta da R7, bem como sua aceitação, por estar aplicando alíquota diversa da lei, viola **o princípio da legalidade, que exige que todos os atos e decisões estejam de acordo com a lei.**

O princípio da legalidade assegura que todas as ações governamentais estejam em conformidade estrita com a legislação vigente. Quando a R7 propõe e a administração pública aceita uma alíquota diferente daquela estabelecida por lei para o PIS e COFINS, essa atitude viola o princípio da legalidade.

Isso porque a lei estabelece as bases sobre as quais os impostos devem ser calculados e pagos, e desvios dessa norma ferem a integridade do sistema tributário e, por extensão, a confiança na administração pública.

A subestimação das alíquotas desses tributos é ainda mais

problemática quando se considera a responsabilidade legal das empresas contratadas em cumprir com suas obrigações fiscais. As empresas têm a obrigação de calcular e pagar os impostos corretamente, não apenas por uma questão ética, mas também como parte do seu dever legal.

Nesse cenário, a administração pública, ao aceitar propostas que não observam a legalidade tributária, está comprometendo a lisura e a legalidade de suas próprias ações.

Por fim, também há patente **violação ao princípio da eficiência, o qual visa garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma otimizada e que os serviços sejam entregues com qualidade e no prazo.**

Quanto ao tema, o TCU fixou entendimento de que a inexecutabilidade se refere à devida prestação do serviço contratado para atender o interesse público. Veja-se:

*“No que se refere à **inexecutabilidade**, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a **busca é pela satisfação do interesse público** em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem **preços que possam ser suportados pelo contratado** sem o comprometimento da regular prestação contratada”. (Acórdão 287/2008 Plenário)*

Quando propostas que subestimam as alíquotas de tributos são aceitas, mesmo sendo claramente inexecutáveis, isso pode levar a atrasos, paralisações ou até mesmo rescisões de contratos, resultando em desperdício de recursos financeiros e de tempo e em nova licitação.

Isso pode resultar em atrasos significativos na execução de projetos e na prestação de serviços. Por exemplo, a empresa pode se deparar com problemas financeiros inesperados devido a obrigações tributárias não previstas, o que leva a uma paralisação temporária de suas atividades por se tornar ônus impossível de remediar.

Os recursos públicos que foram alocados para um determinado projeto ou serviço podem ser mal utilizados, uma vez que a administração pública pode precisar arcar com custos adicionais para remediar a situação, como refazer processos de licitação, contratar novas empresas ou lidar com litígios.

Diante do exposto, faz-se necessário declarar a proposta da R7 como inexecutável e, por consequência, desclassificá-la do certame, para assim garantir que os serviços objeto do Edital serão devidamente cumpridos e que os princípios da Administração Pública sejam observados, evitando futuros prejuízos.

#### **IV – DA DEMONSTRAÇÃO DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA EMPRESA R7**

Acerca da inexecutabilidade, o TCU versa que deve ser considerado inexecutável a proposta de preços que for comprovadamente insuficiente

para a cobertura dos custos da contratação e que apresentar valores da planilha de custo inferiores àqueles fixados em lei, devendo esta, inclusive, ter o devido lastro documental que justifique os preços incluídos. Confira-se:

**8.3 Considera-se inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:**

**8.3.1 comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.**

**8.3.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.**

(...)

**8.5.1 A Planilha de Custos deverá ser lastreada por documentação comprobatória do preço de custo, dos insumos necessários à prestação do serviço, a princípio, Nota Fiscal ou Orçamento, com o devido demonstrativo das proporcionalidades para estabelecer o custo de cada refeição, ou nota fiscal de serviço realizado pelo proponente em contratações anteriores, que demonstre a possibilidade da prática do preço, ou poderá anexar à planilha, outros comprovantes da exequibilidade (como Nota de empenho, sua (s) ata SRP, contratos anteriormente firmados, nota fiscal de serviço prestado e etc) . (Acórdão 665/2023 – Plenário)**

Em complementação, ainda que fosse permitido à Recorrida realizar os ajustes em sua planilha, inserindo as alíquotas corretas para PIS e COFINS, isso importaria em um déficit de aproximadamente **R\$ 1.079.808,60** (um milhão, setenta e nove mil, oitocentos e oito reais e sessenta centavos), conforme demonstra de forma inequívoca a planilha abaixo ajustada com os percentuais corretos para os tributos:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

QUADRO RESUMO								
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde. de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D)=(BxC)	Qtde. de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DxE)	Valor Anual (12 meses) Total dos serviços	Valor total da Contratação (60 meses) Total dos serviços
01	Assistente Técnico Administrativo de Nível I	R\$ 11.437,96	1	R\$ 11.437,96	16	R\$ 183.007,36	R\$ 2.196.088,32	R\$ 10.980.441,60
02	Assistente Técnico Administrativo Nível II	R\$ 8.168,22	1	R\$ 8.168,22	83	R\$ 677.962,26	R\$ 8.135.547,12	R\$ 40.677.735,60
Valor total dos serviços						R\$ 860.969,62	R\$ 10.331.635,44	R\$ 51.658.177,20
							Valor do lance:	R\$ 51.658.180,20
							Deficit tributário:	R\$ 1.079.808,60
							Custo Indireto:	0%
							Lucro:	-2,048%

Diante do exposto, a proposta da R7 deve ser desclassificada do certame, a fim de que se garanta a devida observância ao princípio da impessoalidade e que se evite futuros danos à Administração Pública pelo fato de a empresa não poder executar devidamente os serviços contratados.



## **V – DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA ISONOMIA**

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 trata sobre os princípios que devem ser observados pela Administração Pública nos procedimentos licitatórios, merecendo destaque os do julgamento objetivo, da isonomia e, por consequência da vinculação ao edital.

No caso em deslinde, como a proposta da empresa R7 não cumpre requisitos necessários para a exequibilidade dos serviços, o *decisum* que a declara como vencedora viola diretamente os princípios do julgamento objetivo da proposta e da isonomia.

Nesse sentido, aponta a uníssona jurisprudência da Corte de Contas da União. Veja-se:

**“Realize o julgamento das propostas de forma totalmente objetiva, em estrita vinculação com os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, nos termos dos arts. 3º, 40, inciso VII, 41, 43, inciso V, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993. Estabeleça de forma detalhada e inequívoca os atributos técnicos obrigatórios para a prestação dos serviços a fim de não prejudicar o julgamento objetivo das propostas, levando em conta ainda que tais atributos deverão não só guardar estrita correlação com o modelo de serviço desejado, bem como estarem acompanhados da respectiva fundamentação, em atenção ao disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 44, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. Realize criteriosa avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. (...) Abstenha-se de fazer constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. (Acórdão 265/2010 Plenário)**

**“Exija, em processos licitatórios, prova de conceito ou apresentação de amostras, documente os procedimentos que atestaram a avaliação e a homologação ou rejeição do objeto licitado, atentando para a descrição dos roteiros e testes realizados e sua vinculação com as características técnicas e funcionalidades desejadas, em obediência aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, bem assim da publicidade e da motivação, previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e no art. 2º da Lei nº 9.784/1999”. (Acórdão 2932/2009 Plenário)**

**“Não poderia ser outra a inteligência dada a matéria, uma vez que a norma em foco busca dar fiel cumprimento ao princípio da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório que norteiam as disputas dessa natureza, eis que o edital serve para dar amplo conhecimento aos interessados em participar do torneio licitatório, bem assim estabelece as regras a serem observadas no seu processamento, que vinculam a Administração e os**

**licitantes.**” (Acórdão 2632/2008 Plenário)

Necessária, então, a revisão da Decisão que declarou a proposta apresentada pela R7 como vencedora do certame em comento, sob pena de violação aos princípios do julgamento objetivo e da isonomia.

## **VI – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, pleiteia-se que a proposta apresentada pela empresa R7 Facilities – Manutencao e Servicos Ltda seja considerada inexecutável, de modo a reformar a decisão que indevidamente declarou a companhia como vencedora do certame em comento, para inabilitá-la, diante das transgressões ao Edital, à legislação aplicável e aos princípios que regem a Administração Pública.

Ainda, considerando a gravidade da situação verificada, bem como a possibilidade de a Recorrida estar se valendo de alíquotas de impostos incorretas no âmbito de outros pregões eletrônicos e/ou contratos administrativos que tenha celebrado com a Administração Pública, mister se faz o encaminhamento da situação ao Eg. Tribunal de Contas da União para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis.

Ressalta-se que a proposta ofertada pela empresa declarada vencedora não cumpre as exigências editalícias, causando prejuízos para o interesse público.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 21 de setembro de 2023.

ELMO TOLEDO  
LACERDA:5330  
0122600

Assinado de forma digital  
por ELMO TOLEDO  
LACERDA:53300122600  
Dados: 2023.09.22  
12:48:09 -03'00'

---

**G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.**

**Elmo Toledo Lacerda**

**Representante Legal**